

**“COM CARTAS PARA TODAS AS
 CÂMARAS DESTE ESTADO”:
 A COMUNICAÇÃO POLÍTICA ENTRE O GOVERNO-
 GERAL E AS CÂMARAS DO ESTADO DO BRASIL
 (1642-1682)**

HUGO ANDRÉ FLORES FERNANDES ARAÚJO* 
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
 SANTA MARIA – RIO GRANDE DO SUL – BRASIL

RESUMO

Neste artigo analisaremos a dinâmica interna de comunicação política entre os governadores-gerais do Estado do Brasil e as câmaras municipais. Apresentaremos os aspectos quantitativos da troca de correspondência, atentando para as variações ao longo do tempo, assim como faremos uma análise dos assuntos discutidos a fim de identificar e caracterizar as dinâmicas de governo estabelecidas. Analisaremos de modo mais detido as correspondências do governo-geral para a câmara de Salvador, buscando compreender como se conformavam os vínculos entre essas instituições e como essas relações viabilizavam a câmara de Salvador exercer influência em outras capitanias e aos governadores-gerais projetarem seu poder em escala atlântica.

Palavras-chave: Comunicação política; Câmaras municipais; Governo-geral.

ABSTRACT

In this article, we will analyze the internal dynamics of political communication between the governors-general of the State of Brazil and the municipal councils. We will present the quantitative aspects of the exchanged correspondence between these institutions, highlighting the variations over time, as well as analyzing the subjects discussed, in order to identify and characterize the dynamics of governance established. We will focus on the correspondence sent by the general-government to the council of Salvador. We will seek to understand how these institutions formed bonds and how these relationships enabled the council of Salvador to exert influence in other captaincies and the governors-general to project their power in Atlantic scale.

Keywords: Political communication; municipal councils; general-government.

* Doutor em História (UFRJ). Atualmente realiza o estágio Pós-doutoral junto ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM) com financiamento Capes. E-mail: hugoaffa@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A comunicação foi uma parte essencial das tarefas de governo na América Portuguesa. Criar um ordenamento político e administrá-lo em uma conquista de grandes dimensões territoriais só foi possível através da circulação de informações entre esses vários espaços. Afinal a monarquia portuguesa era “um império ‘de papel’, em que as correspondências do rei, dos vice-reis, dos governadores, dos capitães, substituíam laços políticos mais efectivos”.¹ Não por acaso, esse tema tem ganhado destaque nos debates historiográficos sobre os impérios modernos, e nos últimos anos grandes projetos de pesquisa se dedicaram a analisar esse campo de estudos.² Esses estudos se dedicaram a analisar e debater a caracterização das correspondências trocadas em escala imperial, bem como as dinâmicas que permitiram o estabelecimento de relações entre o centro de poder político e as suas diversas conquistas dispersas pelo mundo. A circulação de pessoas e ideias pelo ultramar lusitano, tida como um traço marcante *da monarquia pluricontinental portuguesa*, ganhou contornos mais definidos a partir dessas análises.³

Nesse debate as câmaras municipais foram um objeto particular de estudo, aprofundando as discussões existentes sobre o seu papel nas relações entre as localidades do Brasil com a monarquia portuguesa.⁴ Em um estudo inicial sobre o tema Ronald Raminelli avaliou a participação de algumas câmaras da América portuguesa na comunicação política, entre 1640 e 1807, utilizando a documentação presente no Arquivo Histórico Ultramarino. Esse estudo trouxe dados interessantes para análise da organização e a inserção dos poderes locais no quadro da monarquia portuguesa. Raminelli apresentou críticas à noção de autonomia

¹ HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviathan*: instituições e poder político. Portugal, séc. XVII, Coimbra: Livraria Almedina, 1994, p. 291.

² Podemos citar os exemplos dos projetos “A comunicação política na monarquia pluricontinental (1580-1808)” coordenado por Nuno Gonçalo Monteiro; e “A monarquia e seus idiomas: corte, governos ultramarino, negociantes, régulos e escravos no mundo português. (séc. XVI-XIX)” coordenado por João Fragoso. Esses projetos resultaram mais recentemente em dois livros: FRAGOSO, J. ; MONTEIRO, N. (Orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico*: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII, 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017; ALMEIDA, C. M. C. de (Org). *Diálogos com o império*: câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (séculos XVII e XVIII), Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

³ FRAGOSO, J. ; GOUVÊA, M. de F. "Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII". *Tempo*, v. 14, n. 27, p. 36–50, 2009.

⁴ Um dos principais estudos que renovou o interesse pelo tema foi o capítulo de Maria Fernanda Bicalho: BICALHO, M. F. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, J. BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F. (Org) *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189–221. Esse estudo recuperou e atualizou os estudos pioneiros de Charles Boxer sobre as câmaras no império português: BOXER, C. R. *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800*. Madison and Milwaukee: The University of Wisconsin Press, 1965.; BOXER, C. R. "Conselheiros Municipais e irmãos de Caridade". In: *O Império colonial Português (1415-1825)*, Lisboa: Edições 70, 1981, p. 263–282.

funcional das localidades, ou autogoverno, sem, contudo, utilizar fontes que tratavam diretamente do cotidiano da governação local (livros de atas, acórdãos, receita e despesa, entre outros tipos documentais) o que fragilizou sua argumentação inicial.⁵ Em estudo posterior, o autor desenvolveu seu posicionamento sobre o autogoverno das câmaras, buscando destacar as variações ao longo do tempo entre os períodos de maior autonomia e de maior interferência do poder central. Além disso, levou em consideração também a posição dos concelhos municipais na hierarquia imperial, enfatizando que câmaras periféricas ou com menor expressão política imperial poderiam ter maior autonomia em relação aos concelhos que negociavam constantemente com o centro político.⁶

Contudo, a dinâmica interna⁷ da comunicação política no Estado do Brasil ainda segue como um tema pouco explorado⁸. Vale ressaltar que a questão não é inédita, mas certamente é um campo recente e com menor volume de trabalhos em comparação com a comunicação externa ou oceânica com Portugal. Dentre os trabalhos existentes podemos destacar a tese de Arthur Curvelo que se dedica a analisar a correspondência entre os governadores de Pernambuco e as autoridades subordinadas a sua jurisdição;⁹ o artigo de Denise Soares Moura que aborda a comunicação entre as diferentes câmaras da capitania de São Paulo durante o século XVIII;¹⁰ e o artigo de Adriano Comissoli e Clarissa Vianna que trata da comunicação política entre o governador do Rio Grande de São Pedro e as autoridades militares que vigiavam a fronteira Sul da América portuguesa.¹¹

⁵ Cf. RAMINELLI, R. "Monarquia e câmaras coloniais: Sobre a comunicação política, 1640-1807". *Prohistoria*, v. 21, n. Junho, p. 3–26, 2014.

⁶ RAMINELLI, R. "Poder político das câmaras". In: FRAGOSO, J.; MONTEIRO, N. (Org). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 371–400.

⁷ Nesse ponto é importante recuperar a crítica de John Elliott endereçada a uma parte dos estudos da chamada *Atlantic History*: “*much of the work thus far published with an explicitly Atlantic focus has tended to focus upon the connections that tied the many areas of the Atlantic together (...) without much concern about specifying how those connections and transnational relations affected the internal histories of the areas that they connected*”. GREENE, J.; MORGAN, P. D. (Org). *Atlantic history: a critical appraisal*, Oxford: New York: Oxford University Press, 2009, p. 6–7.

⁸ Amanda Both estudou a dinâmica interna de comunicação dos presidentes de província do Rio Grande do Sul e atestou como a temática também é recente e pouco explorada pelos estudos sobre o período Imperial. Cf. BOTH, A. C. *Administração provincial e governabilidade no império brasileiro: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes de província do Rio Grande do Sul (1845-1889)*. Tese (Doutorado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2020.

⁹ CURVELO, A. *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”*: o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c. 1654-c. 1756), Programa Interuniversitário de Doutorado em História, Universidade de Lisboa, 2019.

¹⁰ MOURA, D. A. S. de. "Redes associativas e de comunicação entre as câmaras de uma capitania, São Paulo (século XVIII)". *História Revista*, v. 21, n. 1, p. 48, 2016, p. 48–69.

¹¹ COMISSOLI, A.; VIANNA, C. P. M. "Governadores e generais: comunicação, inteligência e defesa no Rio Grande de São Pedro Português. *Navigator*: Subsídios para a história marítima do Brasil". v. 13, n. 26, p. 11–24, 2017.

Em um trabalho anterior nos dedicamos à análise da dinâmica interna da comunicação política do governo-geral com as autoridades subordinadas do Estado do Brasil.¹² Nesse estudo, entretanto, nos concentraremos nas especificidades da comunicação dos governadores-gerais com as câmaras municipais do Estado do Brasil, com ênfase específica na comunicação com a câmara de Salvador. Convém destacar que compreendemos a comunicação como uma forma de exercício da política, “no sentido em que a comunicação política era em si ao mesmo tempo o terreno de conflito e compromisso, de possibilidades e dificuldades”.¹³ Deste modo, nosso objetivo aqui é caracterizar a correspondência do governo-geral a fim compreender as relações estabelecidas com as câmaras, destacando os temas discutidos ao longo do período analisado. Essa análise da correspondência dos governadores-gerais nos permitirá refletir sobre a própria atividade governativa, percebendo como o governo-geral organizou e manifestou suas ações políticas, além de identificar quais foram os tipos de relações estabelecidas com as câmaras municipais no cotidiano da governação. Essas relações podem nos fornecer elementos para compreender como o governo-geral construiu um protagonismo atlântico mobilizando interesses e recursos locais para exercer influência em espaços distantes da sua sede de governo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CORRESPONDÊNCIAS E SUA REPRESENTATIVIDADE

Antes de analisar a comunicação política em si é preciso fazer algumas considerações sobre os fundos documentais e coleções nas quais coletamos os nossos dados. Grande parte das informações foram coletadas em vários volumes dos *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*.¹⁴ Como esse é um corpus documental bem diversificado, contendo regimentos, alvarás, patentes e portarias, optamos por utilizar somente as missivas emitidas pelos governadores-gerais. É importante ressaltar que a documentação publicada na coleção é oriunda

¹² ARAÚJO, H. A. F. F. *A construção da governabilidade no Estado do Brasil: perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do governo-geral (1642-1682)*. Doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

¹³ Tradução adaptada do trecho: “communication was politics, and not in the vaguely postmodern sense that everything is communication, but in the very real sense that political communication was itself the terrain of both conflict and compromise, possibilities and difficulties”. DE VIVO, F. *Information and communication in Venice: rethinking early modern politics*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007, p. 16.

¹⁴ Utilizamos os seguintes volumes da coleção: *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN)*. Vols. III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, LXXXVI.

dos *livros de registro de cartas*, códices manuscritos nos quais era registrada a correspondência oficial do governo-geral.¹⁵ Essas fontes, contudo, não nos permitem identificar com muita precisão a representatividade das correspondências registradas em relação ao total de cartas emitidas pelo governo-geral. Porém, é possível perceber alguns padrões significativos sobre esses registros, como a presença de cartas de governadores de períodos diferentes em um mesmo códice, o que pode indicar uma sequência cronológica de registros e, portanto, apontar uma tendência de representatividade. Outro padrão interessante que surge ao longo do período analisado é a organização de correspondências por região de destino, o que aponta para um maior cuidado com o registro e um aprimoramento da dinâmica governativa em torno da comunicação política.¹⁶

Para complementar a série de correspondências buscamos também fontes manuscritas que pudessem complementar as lacunas existentes. Utilizamos documentação registrada nas *Provisões de Governo e Senado* que nos permitem identificar mais especificamente as cartas enviadas pelo governo-geral para a câmara de Salvador.¹⁷ Utilizamos também a documentação presente nos *Livros de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal* que apresentam o registro da correspondência recebida do governo-geral, dos governadores de Pernambuco e dos capitães-mores do Rio Grande.¹⁸

Por fim, utilizamos também dados coletados em outras obras impressas, porém a quantidade de informações é significativamente menor, nas *Atas da Câmara* de Salvador¹⁹ e

¹⁵ Em consulta ao catálogo on-line da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>) e ao *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Catálogo da exposição de história do Brasil*, Brasília: Editora da UnB, 1981.) foi possível identificar que o material publicado na coleção dos *Documentos Históricos* foram obtidos em sua maioria através dos *livros de registro de cartas* originais do século XVII e alguns através de cópias do século XVIII.

¹⁶ Inferimos isso a partir do códice intitulado “*Livro de Registro das cartas que o excelentíssimo senhor conde de Óbidos Viso Rei, e Capitão General de Mar e Terra de Pernambuco e todas as mais do Norte*”, (BN-SM.08,01,003). As informações desse códice foram publicadas nos volumes 9 e 10 dos DHBN. Nesse volume encontramos cartas para Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ilhéus, Itamaracá, Porto Seguro, Sergipe del Rei, Ceará, Rio Grande, Grão-Pará e Estado do Maranhão. Essa particularidade chama a atenção em relação a outros códices de períodos anteriores ao governo do Conde de Óbidos (1663-1667), pois esses apresentavam os destinatários de todo o Estado do Brasil.

¹⁷ Esses códices são parte do acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS). Utilizamos dados dos seguintes códices: *Provisões de Governo e Senado* (PGS) Vol. 1 (1642-1648); Vol. 2. (1648-1657); Vol. 3, (1649-1656). Possivelmente esses foram os códices utilizados pela câmara de Salvador para registrar a correspondência, ordens e patentes remetidas ao tribunal pelos governadores-gerais.

¹⁸ Esses códices são parte do fundo documental do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Utilizamos dados dos seguintes códices: *1º Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (1659-1668)* e *2º Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (1673-1690)*.

¹⁹ Realizamos levantamento nos volumes II, III e IV desta série procurando o registro de cartas emitidas pelo governo-geral e encontramos apenas no volume III: *Documentos Históricos do Arquivo Municipal de Salvador* (DH-AMS): *Atas da Câmara (1649-1659)*, Vol. III. Prefeitura do Município de Salvador, 1949. Isso reforça a percepção de que esse tipo de documentação era registrado em um códice específico, como acreditamos ser o caso das *Provisões de Governo e Senado*.

no *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo* ²⁰, que contém especificamente a correspondência enviada pelos governadores-gerais para as câmaras da Capitania de São Vicente.

Todos os dados coletados foram sistematizados em uma base de dados (doravante designada por *Base de dados – correspondências* ²¹) que utilizamos para organizar as informações e analisar a comunicação política de modo quantitativo. Organizamos no Quadro 1 a quantidade de correspondências coletadas em cada um desses fundos.

Quadro 1. Distribuição das correspondências do governo-geral por fundo documental

Fundo	Quantidade de cartas	Percentual
DHBN	440	70,74%
AHMS-PGS	165	26,53%
RGCSP	9	1,45%
IHGRN	6	0,96%
DH-AMS, Atas da Câmara	2	0,32%
Total	622	100%

Fonte: Base de dados – correspondências

É importante destacar que durante a coleta dos dados encontramos 28 cartas que foram registradas em mais de um desses fundos documentais. ²² Optamos por não registrar essas informações repetidas, entretanto sem descuidar de anotar a localização das outras cópias da mesma carta. Esse dado nos indica um traço interessante sobre as políticas de informação referentes ao registro da correspondência e das ordens de governo, uma vez que esses registros em diferentes locais faziam parte de uma praxe administrativa que era estimulada em regimentos e outros instrumentos régios. Isso fica mais evidenciado nas provisões de serventias

²⁰ Tal como as *Provisões de Governo e Senado* representam uma fonte privilegiada para a comunicação entre o governo-geral e a câmara soteropolitana, o *Registro Geral* (RGCSP) agrega igualmente a correspondência dos governadores-gerais destinadas às câmaras da capitania de São Vicente: *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*. Vol. II (1637-1660). São Paulo: Typographia Piratininga, 1917; *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*. Vol. III (1661-1709). São Paulo: Typographia Piratininga, 1917.

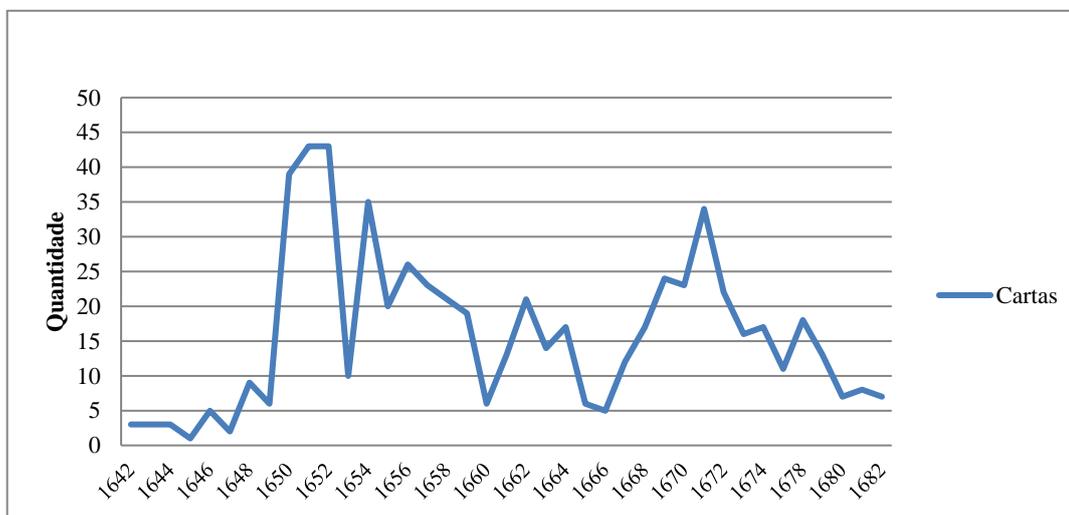
²¹ Sempre que nos referenciarmos a “*Base de dados – correspondências*” estaremos indicando sobre os dados coletados nos seguintes fundos: DHBN, volumes III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, LXXXVI; AHMS-PGS, volumes 1, 2, 3; IHGRN, 1º e 2º Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal; DH-AMS, Atas da Câmara, volume III; RGCSP, volumes II e III.

²² Este é o caso da carta do Conde de Castelo Melhor para os oficiais da Câmara de Salvador de 03/07/1652 que foi registrada em DHBN, Vol. III, p. 174 e em AHMS, PGS, Vol. 3, f. 71-71v. Da mesma forma em outra da carta do Conde de Castelo Melhor para os oficiais da Câmara de Salvador datada de 01/07/1652 presente em AHMS, PGS, Vol. 3, f. 62v-64 e em DH-AMS, Atas da Câmara, volume III, p. 208-209.

militares, nas quais é possível identificar a data em que o documento foi emitido pelo governo-geral e a data em que foi registrado pela câmara da capitania que recebia o oficial provido.

Devemos explicitar que a nossa análise utiliza apenas as correspondências emitidas pelo governo-geral, e isso se deve principalmente ao diminuto número de cartas destinadas aos governadores-gerais que encontramos nesses fundos documentais. Desta forma nossa análise utiliza apenas uma parcela da comunicação, o que não inviabiliza a investigação das práticas de comunicação política, visto que diversas cartas são elaboradas em resposta a correspondências recebidas e essas por vezes identificam textualmente dados importantes (emissores, data de produção e assunto) para compreensão das situações de governo que estavam sendo discutidas. Podemos perceber isso na carta enviada pelo Conde de Vila Pouca de Aguiar à câmara da vila de São Vicente, que se inicia identificando a carta que está respondendo: “Vi a carta de vossas mercês do último de novembro do ano passado em que me vossas mercês me dão conta de como o capitão-mor dessa capitania provera com ordem que para isso trazia do donatário dela”.²³ Deste modo é possível observar através de várias cartas, como no exemplo indicado, quais eram os assuntos tratados e o que motivava a troca de cartas.

Gráfico 1. Distribuição anual das cartas enviadas para as Câmaras (1642-1682)



Fonte: Base de dados – correspondências

²³ “Traslado de outra ordem escrito pelo dito senhor [Conde de Vila Pouca de Aguiar] a Câmara da vila de São Vicente.” 26/08/1649. RGCS, Vol. II, p. 247-248.

Para analisar a série de correspondências é preciso ainda apontar algumas de suas lacunas mais explícitas, que se observam claramente no Gráfico 1. Os anos iniciais do nosso recorte temporal (1642-1649) e os anos finais (1675-1682) apresentam lacunas bem evidentes, assim como alguns anos (1660, 1665, 1666) que possuem menos de 10 cartas emitidas. Além disso, não está incluída a correspondência referente ao período de governo interino²⁴ que ocorreu entre 26/11/1675 e 15/03/1678 em decorrência do falecimento do governador-geral Afonso Furtado de Mendonça. Em razão dessa opção analisaremos unicamente a correspondência dos governadores-gerais nomeados pela monarquia portuguesa. A irregularidade da série e as lacunas destacadas também se devem às condições de conservação da documentação, e isso nos impossibilita estimar a porcentagem de documentação que foi conservada ao longo do tempo nesses arquivos.²⁵

ASPECTOS GERAIS DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Os dados coletados em nossa base de dados referentes à comunicação com as câmaras do Brasil contabilizam 622 cartas. No Quadro 2 apresentamos a quantidade de cartas recebidas por capitania e por câmara. Esses dados permitem identificar a frequência com que essas câmaras receberam informações do governo-geral. Desde já é importante ressaltar que não encontramos cartas do governo-geral para todas as capitanias e câmaras que existiam no Estado do Brasil nesse período.²⁶

A câmara de Salvador figura como responsável por mais da metade (339) de todas as cartas enviadas. Isso se deve a importância da urbe soteropolitana na monarquia portuguesa, reconhecida nas metáforas corporativas utilizadas para descrever sua importância. Assim, a

²⁴ O governo interino foi exercido por três oficiais: Álvaro de Azevedo, Mestre de Campo do terço de Salvador; Agostinho de Azevedo Monteiro, Chanceler da Relação; e Antonio Guedes Brito, Juiz Ordinário.

²⁵ Em nossa coleta de dados não utilizamos cartas que estivessem com grandes partes deterioradas. Assim registramos apenas as correspondências que permitissem identificar características como o assunto tratado e os destinatários. Como nossa análise busca avançar para além de questões quantitativas, optamos por utilizar correspondências que permitem acessar os aspectos qualitativos da comunicação. Nesse sentido, nossa pretensão não foi realizar uma coleta exaustiva das fontes de todas as câmaras municipais do período. Buscamos indicar o potencial de trabalhar com o corpus documental variado em um recorte espacial alargado.

²⁶ Vale recordar que o Estado do Maranhão era uma unidade política independente do governo-geral do Estado do Brasil, o que explica a ausência de cartas para as câmaras dessa região. Cf. CORRÊA, H. M. M. *“Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”*: O papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). Tese (Doutorado em História), UFF, Niterói, 2011. A título de exemplo não encontramos cartas para câmaras que já haviam sido instituídas no período analisado, tais como as câmaras de Jundiá, Taubaté e Paranaguá, na capitania de São Vicente, ou ainda para as câmaras Porto Calvo e Alagoas, na capitania de Pernambuco.

cidade de Salvador era tanto a “cabeça do Estado do Brasil”²⁷ quanto o “coração no meio do corpo, donde todas [as capitanias] se socorressem e fossem governadas”.²⁸ A “câmara da Bahia” desfrutava de um status destacado, tanto pelos privilégios recebidos como pelo seu protagonismo político na conjuntura da segunda metade do século XVII.²⁹ Exploraremos mais adiante em um tópico dedicado às particularidades das relações políticas com a câmara de Salvador.

Quadro 2. Relação de cartas por capitania e por câmaras (1642-1682)

Capitanias	Estatuto da capitania	Câmaras	Total de cartas por Câmara
Bahia	Principal / Régia	Salvador	339
Ilhéus	Anexa (Bahia) / Donataria	Camamú	25
		Cairú, Boipeba e Camamú ³⁰	14
		Cairú	13
		Boipeba	13
		São Jorge de Ilhéus	3
		Boipeba e Cairú ³¹	3
São Vicente	Anexa (Rio de Janeiro) / Donataria	São Paulo	35
		São Vicente	11
		Santos	7
		São Vicente, Santos e São Paulo ³²	2
		São Sebastião	2
		Nossa Senhora da Conceição de Paraíba	1
		Guaratinguetá	1
		Santa Ana das Cruzes	1
Espírito Santo	Anexa (Rio de Janeiro) / Donataria	Vitória	31
Sergipe del Rey	Anexa (Bahia) / Régia	São Cristóvão	27

²⁷ Guida Marques analisou o desenvolvimento da *capitalidade* da cidade de Salvador através do processo de construção da distinção política no cenário imperial e na América portuguesa. Cf. MARQUES, G. “Por ser cabeça do Estado do Brasil”. As representações da cidade da Bahia no século XVII. In: SOUZA, E. S.; MARQUES, G.; SILVA, H. R. da (Orgs). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*, Salvador: LISBOA: EDUFBA; CHAM, 2016, p. 17–46.

²⁸ SALVADOR, Fr. V. *História do Brasil (1500-1627)*, São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918, p. 148.

²⁹ Nos referimos a obtenção dos privilégios da cidade do Porto e o assento nas Cortes em Portugal, além das frequentes contribuições e donativos para auxiliar as finanças durante o belicoso contexto do século XVII. Cf. KRAUSE, T. “Do coração do Estado do Brasil à cabeça do império: Bahia e Lisboa, 1630-1730”. In: ALMEIDA, C. M. C. de (Org). *Diálogos com o império: câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (séculos XVII e XVIII)*, Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 75–76.

³⁰ Conjunto de cartas destinadas às três câmaras.

³¹ Conjunto de cartas destinadas às duas câmaras.

³² Conjunto de cartas destinadas às três câmaras.

Pernambuco	Principal / Régia	Olinda	21
		Penedo	4
Rio de Janeiro	Principal / Régia	Rio de Janeiro	23
Rio Grande	Anexa (Bahia) / Régia	Natal	15
Paraíba	Anexa (Bahia) / Régia	Paraíba	13
Itamaracá	Anexa (Pernambuco) / Régia	Nossa Senhora da Conceição	7
Porto seguro	Anexa (Bahia) / Donataria	Porto Seguro	6
Itanhaém	Anexa (Rio de Janeiro) / Donataria	Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém	5
Total			622

Fonte: Base de dados – correspondências

Outro dado interessante da comunicação com as câmaras se refere a sua hierarquia territorial e o estatuto da capitania. É possível identificar ao longo do século XVII a existência de três capitanias principais (Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco) que possuíam uma importância política superior na hierarquia territorial e, justamente por esse status, seus governadores desfrutavam de um protagonismo regional e jurisdicional sobre as capitanias anexas. Francisco Cosentino apontou que “as [capitanias] anexas eram submetidas às [capitanias] principais no militar, correndo os provimentos de ofício, quando da ausência da iniciativa régia, mesmo os de capitão-mor, por conta do governo-geral do Estado do Brasil”.³³ Esse processo está em consonância com o que alguns autores apontaram acerca do esvaziamento da esfera de influência dos donatários ao longo do século XVII. António Vasconcelos Saldanha apontou que uma vez “reconquistadas as Capitanias de Pernambuco e Itamaracá, não houve demora em reclamá-las para o régio, patrimônio, invocada a precisa razão do inadimplemento por parte dos donatários das condições originais das doações quinhentistas”.³⁴ Analisando a concessão de poderes aos governadores-gerais através das cartas patentes, Cosentino concluiu que “os donatários hereditários não eram mais figuras proeminentes na ação de governo das capitanias ou os seus loco-tenentes, mesmo que esses senhorios continuassem a existir e os seus donatários, algumas vezes, interferiam no

³³ COSENTINO, F. C. C. "Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681". *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 16, n. 31, 2015, p. 539.

³⁴ SALDANHA, A. de S. V. S. de. *As capitanias do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*, 2. ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, p. 394–395.

provimento de ofícios, inclusive de capitão-mor, e recebessem seus rendimentos”.³⁵ Podemos acrescentar que além da jurisdição militar e da questão dos provimentos, a relação de subordinação jurisdicional também se refletiu nos fluxos de comunicação entre as capitânicas principais e anexas.³⁶

Os números significativos de correspondências para as câmaras de Ilhéus (71 cartas) e São Vicente (60 cartas) se devem entre outros fatores a comunicação com várias câmaras dessas capitânicas. Em Ilhéus a comunicação com as quatro câmaras da capitania se concentrou em períodos de grande necessidade de controlar as questões de abastecimento.³⁷ Já no caso das cartas enviadas para sete câmaras da capitania de São Vicente percebemos que a pluralidade de interlocutores está associada ao elevado número de núcleos de povoamento existentes na capitania³⁸, sendo que algumas dessas localidades haviam consolidado sua importância política e foram consultadas ao longo do período analisado sobre questões centrais para o governo, como o envio de mantimentos, negociação de tributos e envio de tropas para combater indígenas no recôncavo de Salvador. Diferente das câmaras de Ilhéus, a comunicação com as localidades de São Vicente se manteve por quase todo o período analisado.³⁹ Vale destacar que nessas capitânicas as câmaras ocuparam um importante espaço na comunicação, visto que em Ilhéus as câmaras receberam mais cartas do que os capitães-mores (34 cartas) e em São Vicente as

³⁵ COSENTINO, F. C. C. *Op. cit.* 2015, p. 527.

³⁶ Fazemos essa consideração a partir do que Arthur Curvelo indicou sobre a comunicação política dos governadores da Capitania de Pernambuco. Entre 1654 e 1746 o autor contabilizou 3084 emissões (incluindo tipologias como bandos, editais, cartas, ordens, instruções e provimentos), sendo que destas 469 foram enviadas para as câmaras de Pernambuco e de suas capitânicas anexas. Esses dados nos sugerem que as relações de poder no interior das capitânicas do Norte estavam mais inseridas na esfera de protagonismo dos governadores de Pernambuco, sobretudo nas relações com as localidades. Vale notar que muitas localidades não figuram na pauta da comunicação política dos governadores-gerais, o que pode ser atribuído ao esforço ativo de manutenção da área de atuação dos governadores de Pernambuco. CURVELO, A. *Op. cit.* 2019, p. 414.

³⁷ Ver Gráfico 2. Pedro Puntoni analisou a atuação política em torno do conchavo das farinhas feito pela “Câmara de Salvador [que] estabeleceu um contrato com as três vilas da capitania de Ilhéus, ao sul do Recôncavo. Este contrato estabelecia que os lavradores de Boipeba, Cairú e Camamú trabalhariam para o fornecimento de farinha, principalmente para as tropas mobilizadas por conta das guerras holandesas e das guerras contra os bárbaros – obrigação que era sua.” PUNTONI, P. “O conchavo da farinha: espacialização do sistema econômico e o governo geral na Bahia no século XVII”. In: *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial 1548-1700*, São Paulo, SP: Alameda, 2013, p. 159. Para Marcelo Dias o conchavo, “que originalmente tinha um caráter passageiro, tornou-se indispensável e a Coroa o manteve por mais de cinquenta anos, contra toda sorte de reclamações da parte dos camaristas das vilas de baixo” DIAS, M. H. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS, M. H. CARRARA, Â. A. (Org). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau, Ilhéus, Bahia: Editus, 2007*, p. 71.

³⁸ As sete câmaras que receberam cartas do governo-geral fazem parte dos 17 núcleos populacionais com status de vila na capitania que existiam no período analisado. BUENO, B. P. S. “Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 17, n. 2, 2009, p. 254–255.

³⁹ Como podemos observar no Gráfico 2 a comunicação com os vereadores da capitania de São Vicente ocorreu desde o início do período analisado, contudo não encontramos dados para o período de 1678-1682.

câmaras tiveram um número muito aproximado dos capitães-mores (67 cartas) que foram os interlocutores preferenciais nesse período.⁴⁰

As câmaras de Vitória (31 cartas) e São Cristóvão (27 cartas) apresentam uma participação um pouco menos expressiva em relação às câmaras mencionadas anteriormente.⁴¹ Isso se deve ao fato de que os interlocutores preferências nessas capitâneas eram os capitães-mores, com 72 cartas para o capitão-mor do Espírito Santo e 60 cartas para o de Sergipe del Rey. Contudo é interessante notar a confluência de alguns assuntos tratados com essas câmaras: as matérias em torno da fiscalidade e dos donativos (Dote para o casamento da Rainha da Inglaterra e Paz de Holanda) representam para a câmara de Vitória (3 cartas sobre fiscalidade e 5 cartas sobre o Dote e Paz) e para São Cristóvão (6 cartas sobre fiscalidade e 2 cartas sobre o Dote e Paz). A correspondência com a câmara do Espírito Santo também permite a apreensão de nuances das relações do governo-geral com uma capitania donataria. O provimento da vacância do ofício de Capitão-mor da capitania no ano de 1648⁴² explicita as tensões entre vários pólos de poder (câmara municipal, o governo-geral, os donatários e os membros do Conselho Ultramarino). No caso de Sergipe Del Rey é perceptível que a capitania estava ligada ao sistema produtivo que abastecia o recôncavo de Salvador, semelhante à Ilhéus, mas fornecendo principalmente gado.⁴³ O governo-geral também teve tensões com os oficiais da câmara de São Cristóvão em uma série de discussões sobre o provimento dos capitães-mores da capitania.⁴⁴ Os governadores-gerais tentaram reforçar sua autoridade junto a essa câmara

⁴⁰ Devemos ressaltar que para a capitania de São Vicente utilizamos também dados coletados nos RGCSP (9 cartas). Entretanto, a maior parte da comunicação com as câmaras da capitania foi coletada nos DHBN, o que pode ser um indício de que o volume de dados não seja tão sobrerrepresentado em relação às demais capitâneas.

⁴¹ Contudo, é importante ressaltar que a câmara de Vitória recebeu cartas continuamente entre 1647 e 1682 ao passo que São Cristóvão teve dois períodos de comunicação constante, 1647-1661 e 1667-1682. Ver Gráfico 2.

⁴² A origem das tensões ocorreu quando o donatário e o governador-geral nomearam indivíduos diferentes para o posto de Capitão-mor. A câmara de Vitória se aliou ao donatário e não deu posse ao indivíduo provido pelo governo-geral (SANTOS, E. F. dos. *História da Câmara Municipal de Vitória: os atos e as atas*. Vitória: Câmara Municipal de Vitória, 2014, p. 91) A câmara de Vitória não aceitou o provimento de João Ferrão de Castello Branco feito pelo Conde de Vila Pouca de Aguiar. Possivelmente por ser um oficial que não compartilhasse dos mesmos interesses das elites locais e dos donatários. O governo comunicou sua decisão para a câmara em 18/03/1648. DHBN, Vol. III, p. 24-25. A disputa pela prerrogativa do provimento foi objeto de discussão no Conselho Ultramarino, que emitiu parecer recomendando a incorporação da capitania ao patrimônio régio a fim de evitar a ingerência dos donatários. Cf. SANTOS, E. F. dos. *Op. cit.* p. 92.

⁴³ A capitania concentrou sua principal atividade econômica na criação de gado desde o final do século XVI. Vale destacar que a atividade era fundamental tanto para o desenvolvimento da economia açucareira quanto para a subsistência de Salvador e suas freguesias no recôncavo. Cf. SAMPAIO, A. C. J. de. "Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional". In: FRAGOSO, J. ;GOUVÊA, M. de F. (Orgs). *O Brasil colonial*, v. 2 (1580-1720) 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 399-400.

⁴⁴ Entre 1655 e 1656 os oficiais se queixaram ao Conde de Atouguia sobre a conduta de do capitão-mor Manuel Pestana, em resposta o governador-geral nomeou João Ribeiro Vila Franca para o posto (02/10/1655. DHBN, Vol. III, p. 291). Porém, Pestana foi reconduzido pouco tempo depois ao mesmo cargo (29/07/1656. DHBN, Vol. III, p. 357-358) com uma admoestação do governador para os vereadores (29/07/1656. DHBN, Vol. III, p. 358). As alterações causadas por esses oficiais por fim fizeram com que Atouguia privasse novamente Manuel pestana nomeasse o sargento-mor Baltazar dos Reis Barrenho como capitão-mor (24/10/1656. DHBN, Vol. XIX, p. 92-95). De acordo com Luís

reiterando que “as ordens deste Governo obedecem-se, e não se contradizem nem interpretam”⁴⁵, mas os atritos constantes levaram a uma série de trocas no governo da capitania, tudo em razão das pressões feitas pela câmara.

A comunicação com as câmaras das capitanias principais (Rio de Janeiro e Pernambuco) apresenta tendências semelhantes entre si. Vale destacar que nessas capitanias as câmaras municipais não eram interlocutores privilegiados do governo-geral, uma vez que os seus governadores receberam quantidades significativamente maiores de cartas. Isso fica evidente se observarmos que para Pernambuco os governadores da capitania receberam 186 cartas, seguidos pelos provedores da fazenda com 35 e as câmaras de Olinda e Penedo receberam juntas apenas 25 cartas. Uma tendência semelhante se observa no caso do Rio de Janeiro, no qual os governadores receberam 168 cartas, os provedores da fazenda 30 cartas e a câmara apenas 23 missivas.⁴⁶ A participação reduzida dessas câmaras na comunicação política está diretamente relacionada aos poderes que os governadores do Rio de Janeiro e Pernambuco conquistaram durante a segunda metade do século XVII, consolidando suas esferas de poder e influência sobre as capitanias subordinadas.⁴⁷ Deste modo é interessante observar que os assuntos tratados com essas câmaras incidem em questões relativas ao governo e defesa dessas capitanias⁴⁸, assim como as questões de arrecadação de tributos de donativos.⁴⁹

As câmaras do Rio Grande e da Paraíba figuram na comunicação com o governo-geral recebendo praticamente a mesma quantidade de missivas, 15 cartas para a câmara de Natal e

Siqueira as tensões escalaram com as cobranças sobre o gado e fumo, principais produtos da capitania. Cf. SIQUEIRA, L. *Homens de mando e de guerra: capitães-mores em Sergipe del Rey (1648-1743)*. Tese (Doutorado em História). UFBA, Salvador, 2016, p. 91.

⁴⁵ 13/09/1656. DHBN, Vol. III, p. 362-363.

⁴⁶ É importante destacar que não dispomos de amostragens de teste tão sólidas como os dados dos DHBN para essas capitanias, como livros de registro de correspondência das câmaras. Portanto, os dados apresentados devem ser entendidos como tendências. Essa percepção pode ser reforçada se considerarmos a progressiva concessão de poderes aos governadores das capitanias principais.

⁴⁷ Em um trabalho anterior analisamos o processo de *reordenamento territorial dos poderes* que concedeu maior protagonismo aos governadores de Pernambuco e Rio de Janeiro a partir da criação de regimentos para esses governos. Cf. ARAÚJO, H. A. F.F. *Op. cit.* 2018. p. 65-114. Vale destacar que a comunicação com as câmaras de Pernambuco foi frequente no período *postbellum*, isto é, de 1657 a 1675, mas diminuiu significativamente após a emissão do Regimento do Governo de Pernambuco em 1670. Já no caso do Rio de Janeiro as emissões entre 1647 e 1671 com hiato de 1672-1677, e diminuição no período de 1678-1682, justamente após a concessão de poderes aos governadores do Rio de Janeiro com o regimento de 1679. Ver Gráfico 2.

⁴⁸ Esses assuntos incidem mais na correspondência para as câmaras de Pernambuco, e refletem particularmente o contexto de disputa jurisdicional entre os governos da capitania e o governo-geral. Ver Quadro 3.

⁴⁹ A fiscalidade, os donativos e o comércio ocupam espaço de destaque na comunicação com a câmara do Rio de Janeiro, refletindo o crescimento de importância política e econômica da capitania durante e após a guerra com os holandeses no Brasil. O abastecimento das capitanias do Norte e da Bahia e o tráfico atlântico com Angola surgiram como dinamizadores da economia fluminense. Além disso, a emigração de senhores de engenho de Pernambuco para o Rio de Janeiro trouxe novos capitais que favoreceram o desenvolvimento produtivo da capitania. Cf. SAMPAIO, A. C. J. de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 65; MELLO, E. C. de. *Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, São Paulo: Editora 34, 2007, p. 332.

13 para a câmara da Paraíba.⁵⁰ Contudo é importante destacar essa participação em relação aos outros interlocutores, visto que os capitães-mores da Paraíba receberam 43 cartas nesse período, ao passo que os capitães-mores do Rio Grande receberam 15 cartas, se igualando a participação da municipalidade de Natal. Os assuntos discutidos com a edilidade da Paraíba incidiram sobre questões relativas as eleições da câmara, bem como medidas para controlar as tensões que causaram alterações na capitania.⁵¹ A correspondência para os vereadores de Natal orbita em torno de discussões sobre o sustento do presídio, instruções relativas ao governo da capitania e protestos sobre a concessão de sesmarias em determinadas regiões.⁵² É importante destacar que os fluxos de comunicação com essas câmaras também se explicam em parte pela subordinação dessas capitanias a jurisdição do governo-geral nesse período, visto que desde a carta patente do governador de Pernambuco Jerônimo de Mendonça Furtado (1664-1666) a fórmula que explicita a subordinação seguiu presente nas patentes que investiram o governo de Pernambuco:

[...] a todos os oficiais maiores e menores da guerra justiça e fazenda da dita Capitania de Pernambuco e das mais anexas *exceto a da Paraíba e Rio Grande por estarem sujeitas ao governo do Brasil* mando também que em tudo cumpram suas ordens e mandados como devem e são obrigado e lhe obedeçam como o seu governador.⁵³

As câmaras de Itamaracá, Porto Seguro e Itanhaém figuram na comunicação política do governo-geral com baixo grau de interlocução. Vários fatores podem explicar esses números: a

⁵⁰ Se observamos o Gráfico 2 veremos que a comunicação com Natal apresenta uma regularidade entre 1657 e 1682, com um pico no último período de 1678-1682 (7 cartas), quando questões em torno da “guerra dos bárbaros” começam a surgir na pauta do governo-geral. No caso da câmara da Paraíba a comunicação se concentra no período de 1662-1675, com pico (7 cartas) entre 1667-1671, anos em que as tensões políticas na capitania se acentuaram.

⁵¹ O governo-geral cobrou uma intervenção da câmara da Paraíba em um conflito que surgiu entre o capitão-mor Luís Nunes de Carvalho e o grupo do capitão Martim de Bulhões Muniz. 28/04/1669. DHBN, Vol. IX, p. 341-342; 07/09/1669. Vol. IX, p. 365. As repercussões desses eventos geraram prisões, devassas e modificações no governo da capitania com a nomeação de Ignácio Coelho da Silva. Cf. 30/12/1670. DHBN, Vol. IX, 396-398. A devassa do caso está em: 11/12/1670. AHU_CU_014, Cx. 1, D. 77.

⁵² A câmara de Natal cobrou e obteve do governo-geral a anulação da concessão de uma sesmaria feita a Francisco de Almeida Vena, descrito como homem pardo, alegando que de posse das terras esse indivíduo e alguns familiares estariam impedindo que “aqui não pesque pessoa nenhuma das que dali se remediavam defendendo com armas as ditas pescarias com que viria a suceder grandes ruínas pelo aperto com que se vem os moradores [pobres]”. 28/11/1681. 2º Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (1673-1690). Fundo documental do IHGRN, fl. 63-64v. De acordo como Ana Lunara de Moraes, o “Governador Geral validou o pedido dos oficiais da Câmara, revogando a sesmaria concedida nas Salinas, liberando-a para a pesca e recolhimento de sal, tendo a Câmara de Natal, em termo de vereação de 1682, divulgado o edital de liberação das Salinas”. MORAIS, A. L. da S. “Conflitos pela posse de localidades pesqueiras da capitania do Rio Grande: Séculos XVII-XVIII”. *Em perspectiva*: Revista discente do PPGH/UFC, v. 2, n. 1, 2016. p. 63.

⁵³ (Grifo nosso) IAN/TT. *Chancelarias Régias: D. Afonso VI*. Livro 27, fl. 399-399v.

posição periférica dessas capitanias, tanto do ponto de vista político como econômico; as disputas jurisdicionais com as capitanias principais⁵⁴; a diminuta dimensão territorial desses espaços; além das já apontadas lacunas na documentação. Em todo caso, a tendência de comunicação dos governadores-gerais com essas câmaras não foi frequente e nem contínua ao longo do tempo.⁵⁵ Isso fica mais evidente se observamos que outros interlocutores nessas capitanias também não recebiam muitas correspondências do governo-geral: os capitães-mores de Itamaracá receberam 16 cartas, ao passo que câmara recebeu 7; os capitães-mores de Porto Seguro receberam 13 cartas e a câmara da capitania apenas 6; e no caso de Itanhaém a lógica se inverte, a câmara foi a principal interlocutora no período com 5 cartas enquanto o capitão-mor recebeu apenas uma. A comunicação episódica e descontínua indica que esses espaços demandavam pouca interlocução com o governo-geral, mas é interessante observar que as discussões importantes sobre o governo⁵⁶ e as jurisdições⁵⁷ dessas capitanias figuraram na pauta de assuntos.

Nesse sentido o Gráfico 2 apresenta a distribuição das correspondências do governo-geral para as câmaras do Brasil (com exceção da câmara de Salvador, que será abordada adiante em tópico específico). O gráfico permite identificar a concentração de correspondências em determinados períodos (como é o caso das câmaras de Ilhéus, Porto Seguro, Itanhaém e Paraíba)

⁵⁴ No caso de Itamaracá havia a disputa judicial pela incorporação da capitania ao patrimônio régio, visto que era donatária, e pela subordinação a Pernambuco. Vale destacar que Itamaracá estava na esfera de influência dos governadores de Pernambuco, pois como Arthur Curvelo aponta, a capitania recebeu um volume maior de correspondências do que as capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Cf. VELEZ, L. de C. B. *Donatários e administração colonial: A capitania de Itamaracá e a casa de cascais. (1692-1763)*. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói, 2016. p. 82.; CARDIM, P.; MIRANDA, S. M. "A expansão da coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios". In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. (Orgs). *O Brasil colonial, v. 2 (1580-1720)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 59-60.; CURVELO, A. *Op. cit.* 2019, p. 352. No caso de Itanhaém a correspondência não indica uma grande interferência do governo-geral, e isso pode ser atribuído a status donatária da capitania e a indefinição jurisdicional com as autoridades de São Vicente. Talvez a câmara explorasse as brechas jurisdicionais existentes por conta das particularidades de seu status para manter um maior grau de autonomia. Maria Beatriz Nizza destaca que a disputa entre os donatários de São Vicente e Itanhaém levou a uma divisão sobre a jurisdição das vilas, de modo que "ficaram pertencendo ao conde de Monsanto as vilas de São Vicente, São Paulo e Santa Ana de Mogi. Perante essa situação, a condessa de Vimieiro resolveu que a vila de Nossa Senhora de Itanhaém ficasse como a cabeça das suas terras. Segundo fr. Gaspar da Madre de Deus, depois disso chamaram Capitania de São Vicente a tudo o que pertencia ao conde de Monsanto e Capitania de Itanhaém às terras pertencentes à Casa de Vimieiro, e depois à do conde da Ilha do Príncipe por dote de casamento". SILVA, M. B. N. da. "São Vicente, capitania donatária (1532-1709)". In: SILVA, M. B. N. da *et al* (Orgs). *História de São Paulo colonial*, 1ª ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009, p. 17.

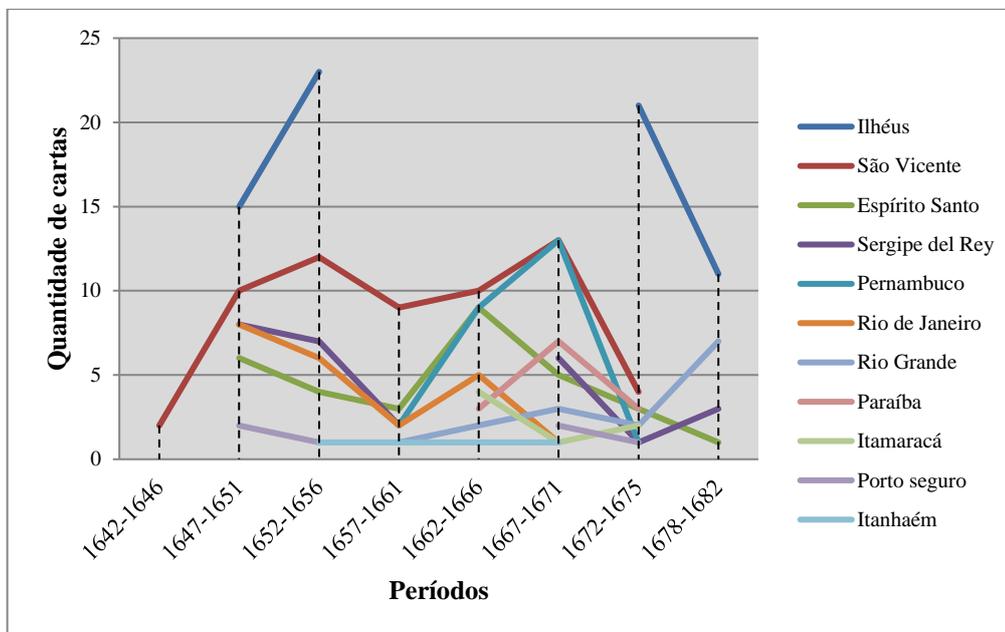
⁵⁵ No Gráfico 2 vemos que as emissões para Itamaracá se restringem ao período de 1662-1675, enquanto Porto Seguro recebeu cartas entre 1647-1656 e 1667-1675, Itanhaém por outro lado recebeu missivas entre 1652-1671 e 1678-1682.

⁵⁶ Referimo-nos as discussões como a intermediação feita pelo governo-geral para a atuação da Companhia Geral do Comércio no negócio do Pau Brasil em Porto Seguro (15/03/1650, DHBN, Vol. III, p. 33-34); a apresentação de novos capitães-mores ao governo de Itanhaém (10/07/1657, DHBN, Vol. III, p. 392; 06/10/1678. DHBN, Vol. XI, p. 98); e as instruções sobre destituição e formação de um governo provisório enquanto o vice-rei não nomeasse um oficial para o ofício de capitão-mor de Itamaracá (29/05/1672. DHBN, Vol. X, p. 61-63).

⁵⁷ Para a câmara de Porto Seguro o conde de Castelo Melhor enviou uma carta na qualidade de procurador da donataria de Ilhéus representando a usurpação de jurisdição que havia ocorrido. 22/08/1652. DHBN, Vol. III, p. 182-183. O conde de Óbidos se comunicou com a câmara de Itamaracá sobre a subordinação jurisdicional daquela capitania ao governo de Pernambuco. 19/07/1664. DHBN, Vol. IX, p. 183; 26/02/1667. DHBN, Vol. IX, p. 270-271. Para a câmara de Itanhaém, o governador-geral Alexandre de Souza Freire escreveu parabenizando o comportamento da edilidade que não aceitou a interferência de um ouvidor que não possuía jurisdição sobre aquela localidade. 13/11/1669. DHBN, Vol. VI, p. 125-126.

e a continuidade de interlocução com outras câmaras (como é o caso das câmaras de São Vicente, Pernambuco e Rio de Janeiro).

Gráfico 2. Distribuição das correspondências das capitanias por período (1642-1682)



Fonte: Base de dados – correspondências

Portanto, a correspondência do governo-geral com as câmaras do Estado do Brasil nos permite apreender como essas relações viabilizaram a governação nesse período, uma vez que houve consulta, troca de informações e mediação entre o senado de várias localidades que possuíam níveis distintos de importância política e econômica. Os governadores-gerais atuavam a partir de Salvador como um ponto de emissão e convergência, a partir do qual se comunicavam “com cartas para todas as câmaras deste Estado”⁵⁸ e também atuavam como intermediários da comunicação destas com o Reino, como explicava o governador-geral Francisco Barreto de Menezes em carta ao monarca: “se as respostas das Câmaras do Estado vierem a tempo as remeterei na frota”⁵⁹. Sendo assim, a partir das ações do governo-geral foi

⁵⁸ 01/08/1657. DHBN, Vol. VI, p. 310.

⁵⁹ 01/08/1657. DHBN, Vol. VI, p. 310.

possível se estruturar no Estado do Brasil um modo de *governo sinodal*⁶⁰, neste as câmaras municipais de várias capitanias participaram ativamente, seja requerendo e negociando, sendo consultadas ou cumprindo ordens dos governadores-gerais e servindo aos reis portugueses.

OS ASSUNTOS TRATADOS NA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Uma vez que realizamos a caracterização geral das correspondências enviadas para as câmaras do Estado do Brasil, passamos agora a analisar os assuntos que eram tratados nas cartas. Desde já é importante destacar que os assuntos foram organizados em tipologias gerais e específicas, nos quais distribuimos os dados referentes aos poderes e competências que os governadores-gerais possuíam. As tipologias gerais *Governança, Fazenda, Milícia, Justiça, Outros* (Quadro 3) foram pensadas a partir do vocabulário político empregado no período. Nesse primeiro momento apresentaremos as definições utilizadas para organizar os dados das tipologias gerais. Analisaremos as tipologias específicas quando tratarmos da comunicação política do governo-geral com a câmara de Salvador.

Quadro 3. Quantidade de cartas por assunto de governo para cada capitania (1642-1682)

Capitania	Governança	Fazenda	Milícia	Justiça	Outros	Total
Bahia	127	135	62	4	11	339
Ilhéus	16	51	2	2	0	71
São Vicente	31	16	8	4	1	60
Espírito Santo	17	10	1	3	0	31
Sergipe del Rey	9	10	1	6	1	27
Pernambuco	20	3	1	1	0	25
Rio de Janeiro	11	10	1	1	0	23
Rio Grande	11	0	2	1	1	15
Paraíba	9	1	3	0	0	13
Itamaracá	3	1	0	3	0	7

⁶⁰ COSENTINO, F. C. C. "Monarquia pluricontinental, o governo sinodal e os governadores gerais do Estado do Brasil". In: GUEDES, R. (Org). *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séculos XVII-XIX*, 1a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2011, p. 67-82.

Capitania	Governança	Fazenda	Milícia	Justiça	Outros	Total
Porto Seguro	2	2	0	1	1	6
Itanhaém	2	2	0	1	0	5
Total	258	241	81	27	15	622

Fonte: Base de dados – correspondências

Os assuntos referentes à *Governança* expressam grande parte do volume da comunicação do governo-geral com os concelhos municipais. Nessa tipologia encontramos cartas com envio de notícias, discussões sobre o provimento dos oficiais ligados às câmaras, ordens sobre o cotidiano de governo, entre outras discussões que caracterizavam essa dimensão mais política das relações. O conjunto das cartas dessa tipologia permite apreender dinâmicas de pactuação e negociação, de modo que as relações apesar de assimétricas, não eram unilaterais. O espaço de discussão de interesses entre os governadores-gerais e os oficiais das câmaras era um elemento fundamental da governança, pois possibilitava a criação de acordos e o estabelecimento de vínculos políticos essenciais para a viabilização da governança no Estado do Brasil.⁶¹ Como se pode observar no Quadro 3 essa tipologia é predominante na comunicação com a maioria das câmaras (258 cartas).

As correspondências que tratam de assuntos de *Fazenda* agregam temas como comércio, fiscalidade, donativos e discussões sobre soldos, política monetária, e ainda questões relativas à produção e exploração de bens, entre outros temas específicos. Através dessas correspondências podemos mapear uma importante dimensão de negociação entre o governo-geral e as câmaras do Estado do Brasil. O volume dessas correspondências (241 cartas) não deve nos surpreender, pois produção, comércio e fiscalidade eram assuntos que incidiam diretamente sobre as condições materiais da vida das elites que ocupavam o senado desses concelhos e, portanto, afetavam diretamente os interesses econômicos desses grupos. Ademais,

⁶¹ Analisando a comunicação política ultramarina entre os súditos e a Coroa, João Fragoso apontou que “o centro não interferia de forma regular e sistemática no modo de produção da riqueza social das conquistas. Aquelas comunicações políticas sugerem que cabia às populações locais decidir como produzir a sua vida material. Cabia ao rei, sim, garantir o bem comum da comunidade, ou seja, garantir o respeito àquelas decisões tomadas no âmbito das comunidades e de suas famílias”. FRAGOSO, J. “Poderes e mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa”. In: FRAGOSO, J. ; MONTEIRO, N. (Orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 60.

é importante notar que as discussões sobre cobranças e arrecadação de tributos e donativos propiciavam a essas elites locais da América Portuguesa a inserção e o reforço de seus vínculos políticos com o centro da monarquia. Uma vez que as câmaras colocavam as suas riquezas a serviço do bem comum, essas edilidades estavam acionando o discurso da prestação de serviço ao Rei e, em contrapartida, a monarquia poderia reconhecer e remunerar esses serviços concedendo privilégios e distinções para essas localidades.⁶² Essa lógica foi sintetizada por Maria Fernanda Bicalho:

Ao retribuir os feitos de seus súditos ultramarinos, o monarca reconhecia o simples colono como vassalo, reforçando o sentimento de pertença e estreitando os laços de sujeição em relação ao reino e à monarquia, reafirmando o pacto político sobre o qual se forjava a soberania portuguesa nos quatro cantos do mundo.⁶³

As discussões relativas à tipologia geral *Milícia* tratam de questões relacionadas a defesa, envio e o sustento das tropas que guarneciam as praças do Estado do Brasil. Esses dados figuram em um volume significativamente menor (81 cartas) em relação às tipologias anteriormente analisadas. A maior parte dessas correspondências tratam do sustento das tropas regulares (Quadro 4), uma atividade dispendiosa⁶⁴ que envolvia não apenas os soldos dos soldados e dos oficiais, mas também a alimentação, as fardas e os alojamentos dos terços.⁶⁵

As correspondências relacionadas aos assuntos de *Justiça* figuram em uma quantidade significativamente menor (27 cartas), e em parte isso se explica pelo fato das câmaras não

⁶² João Fragoso apontou como as elites fluminenses e baianas atuaram no século XVII, especialmente no decorrer da guerra contra os holandeses, observando como a contribuição com os tributos foi utilizada pelos poderes locais para prestar serviços à monarquia, propiciando por um lado espaços de negociação sobre as formas de arrecadação, e por outro, conciliando interesses dos dois lados do Atlântico. Cf. *Ibidem*, p. 71-73.

⁶³ BICALHO, M. F. *Op. cit.* 2001, p. 219.

⁶⁴ Em 1642 as despesas para pagar o soldo e o sustento de cerca de 2000 soldados e oficiais dos terços de Salvador totalizavam anualmente 30: 474\$000 réis, sendo que desse valor 4: 488\$000 eram referentes as despesas com oficiais e os gastos com soldados eram de 25: 986\$000 réis. Cf. ARAÚJO, H. A. F. F. *Governança em tempo de guerra: Governo geral do Estado do Brasil e a gestão da defesa (1642-1654)*. Dissertação (Mestrado em História), UFJF, 2014. p. 69. Em 1659 o sustento dos oficiais do terço e dos 1377 soldados que estavam na Bahia custava mensalmente 2:250\$180 réis. 20/02/1659. AHU_ACL_CU_005-02, Cx. 15, D. 1736.

⁶⁵ De acordo com Maria Fernanda Bicalho as elites locais tiveram que “arcar quase inteiramente com os custos da defesa, recaindo sobre suas rendas – ou sobre as rendas arrecadadas pelas câmaras – a obrigatoriedade do fardamento, sustento e pagamento dos soldos das tropas e guarnições, a construção e o reparo das fortalezas, o apresto de naus guarda-costas contra piratas e corsários, a manutenção de armadas em situações especiais e em momentos de ameaças concretas, a execução de obras públicas e outros melhoramentos urbanos”. BICALHO, M. F. *Op. cit.* 2001. p. 199.

atuarem como os interlocutores preferenciais do governo-geral nessas questões, de modo que os oficiais de justiça (ouvidores e desembargadores da Relação) eram receptores preferenciais dessa tipologia. Os assuntos abordados nessa tipologia versavam sobre questões como ordens de prisão, pedidos de devassa, conflitos e delimitação de jurisdições entre os oficiais subordinados ao governo-geral e às câmaras.

Por fim, a tipologia *Outros* aglutina as correspondências que tratam de assuntos que em sua maioria não se relacionam diretamente a esfera de atuação do governo-geral, excetuando as cartas que tratavam de obras ou reparos em edificações. Deste modo, o governo-geral ocasionalmente se comunicou com as câmaras para tratar de obras, assuntos religiosos⁶⁶ e assuntos particulares.⁶⁷

Deste modo, as tipologias gerais nos permitem identificar como os governadores-gerais empenharam seu tempo no processo decisório. Essas tipologias nos revelam a frequência desses assuntos na pauta de comunicação política e por consequência o espaço dessas questões na esfera da governação. Contudo, cabe atentar que o volume não necessariamente corresponde à importância de um assunto, pois diversas questões tratadas na tipologia *Governação* se referem a demandas de troca de informação e gestão de ofícios, ações recorrentes do cotidiano do governo-geral e por esse motivo eram frequentes, ao passo que questões com menor frequência, como a resolução de conflitos de jurisdição presentes na tipologia *Justiça*, ou as discussões sobre organização da produção e do abastecimento na tipologia *Fazenda*, eram assuntos centrais para governo por incidirem diretamente sobre a manutenção do bem comum. Destarte, é importante notar como certos assuntos foram vitais para manutenção dos equilíbrios locais. A constante negociação entre a Coroa e seus agentes propiciou assim um modo de governo capaz de conservar os territórios, pois a inserção dos poderes locais na governação imperial propiciou a estes grupos a obtenção de privilégios e oportunidades de assegurar seus interesses através da

⁶⁶ Das quatro cartas sobre assuntos religiosos, três são para a câmara de Salvador e tratavam de assuntos relativos à construção e sustento do convento de Santa Clara do Desterro (12/11/1678. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 223-224; 20/08/1682. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 231-232; 21/09/1682. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 232-233) e uma para a câmara de Natal sobre os conflitos entre os jesuítas e o administrador de uma aldeia (06/08/1679. 2º Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (1673-1690). Fundo documental do IHGRN, fl. 48v).

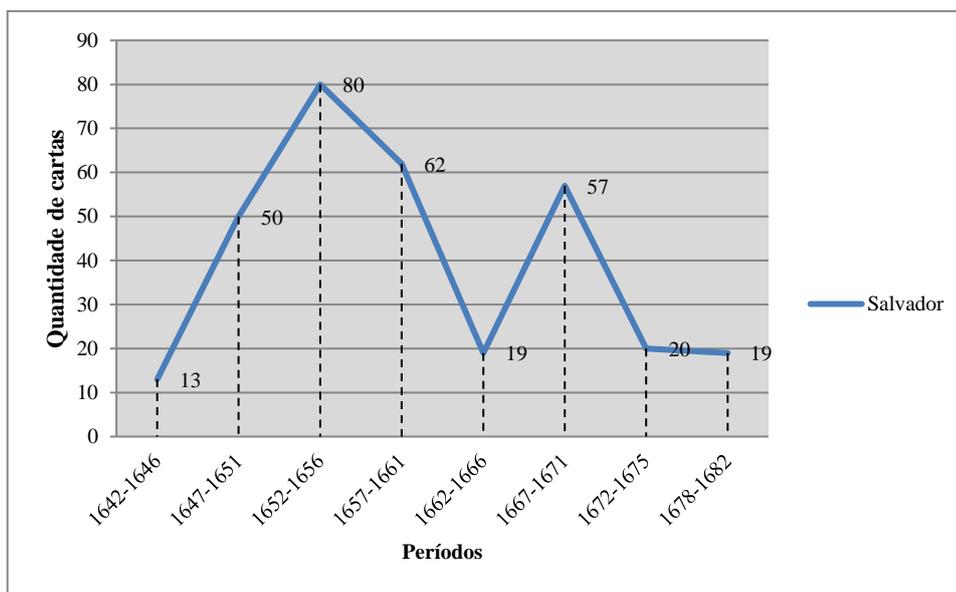
⁶⁷ Encontramos apenas uma carta com essa tipologia específica que foi remetida para a câmara de Porto Seguro, sobre uma situação envolvendo uma flecha que foi atirada contra a casa de “D. Maria de Miranda, mulher que havia sido de um Capitão-mor que foi dessa Capitania”. Na carta o governador-geral cobrava dos oficiais medidas para evitar o acirramento das tensões na capitania. 22/07/1673. DHBN, Vol. VIII, p. 380-381.

prestação de serviços à monarquia. Em contrapartida a Coroa assegurava o controle de suas possessões ultramarinas e as rendas que sustentavam o império.

AS RELACÕES ENTRE O GOVERNO-GERAL E A CÂMARA DE SALVADOR: ELEMENTOS DE UM PROTAGONISMO ATLÂNTICO

A análise detida da comunicação dos governadores-gerais com a câmara de Salvador permite compreender as dinâmicas políticas que assentavam essa relação. No Gráfico 3 indicamos a distribuição das 339 cartas enviadas pelo governo-geral ao senado da câmara de Salvador. Utilizamos a mesma divisão em períodos que foi apresentada no Gráfico 2. Deste modo os fluxos de comunicação aqui representados apresentam dados agregados dos referidos períodos.

Gráfico 3. Correspondências para a Câmara de Salvador por período (1642-1682)



Fonte: Base de dados – correspondências

É possível perceber que o volume reduzido no início e no fim do recorte temporal analisado segue uma lógica semelhante ao que se observou para outras capitanias. A

concentração de cartas na década de 1650 pode ser um reflexo da conjuntura de guerra no Brasil que se transformou nos anos finais do conflito contra os holandeses.⁶⁸ Essa foi a década em que o Senado recebeu as maiores médias anuais de cartas, sendo 27 missivas em 1651, 37 em 1652 e 21 em 1654.⁶⁹ Nesses anos finais da guerra contra os holandeses as discussões em torno da fiscalidade e das contribuições aumentaram significativamente, assim como as aquelas sobre as tropas pagas de Salvador que suscitavam debates acerca do sustento dos soldados e da reforma dos terços, o que implicava em reduzir o número de praças e oficiais.

No restante do período analisado essa média oscila bastante e não ultrapassa a marca de 20 cartas, sendo o ano de 1671 o pico mais aproximado com 19 cartas. E ainda é importante destacar que a visível diminuição no período de 1662-1666 deve ser observada a luz do fato de que não encontramos cartas do governo-geral para câmara nos anos de 1665 e 1666. Isso pode estar atrelado a alguns fatores, como conservação documental desses registros, mas também pode ser resultado de dinâmicas específicas do governo do vice-rei Conde de Óbidos.⁷⁰ Encontramos apenas 8 cartas do Conde de Óbidos para a Câmara de Salvador durante o período do seu governo (1663-1667), ao passo que foram enviadas 33 cartas para as demais câmaras do Brasil. Vale destacar que se comparado com seu antecessor, Francisco Barreto (1657-1663) e seu sucessor, Alexandre de Souza Freire (1667-1671) essa discrepância se torna ainda mais visível. Durante o seu longo período de governo Barreto enviou 73 cartas para a câmara de Salvador, enquanto Souza Freire enviou 46. Quanto ao envio de cartas para outras capitâneas as médias se assemelham, Barreto enviou 34 cartas e Souza Freire um total de 33 cartas.

Para compreender melhor as relações entre o governo-geral e o senado da câmara de Salvador é preciso analisar as tipologias gerais e específicas dos assuntos tratados. No Quadro

⁶⁸ Thiago Krause aponta como a tendência de comunicação da Câmara de Salvador com a Coroa apresenta um aumento na década de 1650 e se mantém em um patamar elevado até a década de 1680, quando começa a apresentar o início de um declínio que se mantém nas décadas seguintes até 1730, quando as médias se tornaram muito próximas daquelas que marcaram a década de 1640. Cf. KRAUSE, T. *Op. cit.* 2019. p. 80-81.

⁶⁹ Vale ressaltar que para o período de 1642-1660 temos dados de 164 cartas coletadas nos códices AHMS-PGS. Ainda não foi possível realizar a coleta para o restante do período (1661-1682), e por essa razão destacamos que os aspectos quantitativos apresentados não são definitivos e devem ser lidos como tendências.

⁷⁰ Como indicamos em trabalho anterior, o Conde de Óbidos atuou de maneira particular através de sua rede governativa para obter influência em diversas capitâneas, notadamente em Pernambuco e no Rio de Janeiro, e isso em grande parte se reflete nos fluxos de comunicação: das 272 cartas enviadas pelo vice-rei, apenas 25 foram para a capitania da Bahia, ao passo que para Pernambuco foram enviadas 97 cartas e para o Rio de Janeiro 63. Uma tendência diferente pode ser observada com os provimentos militares. O vice-rei realizou 51 provimentos militares na capitania da Bahia, dos quais 34 eram da Tropa paga e 13 da Ordenança. Isso pode ser um indício de que o vice-rei buscou projeção e influência na capitania sem recorrer intensivamente ao Senado da câmara. Cf. ARAÚJO, H. A. F. F. "As dinâmicas de comunicação política e de provimento de ofícios na formação de redes governativas no Estado do Brasil (1663-1667)". In: SANTOS, F. V.; RIBEIRO, M. da S. *Impérios Ibéricos no Antigo Regime: governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVI-XVIII)*. Belo Horizonte, 2019. p. 242.

4 organizamos as informações referentes ao total de cartas por tipologia geral e indicamos também as tipologias específicas de cada assunto. Isso nos permite identificar de modo mais aproximado a pluralidade de assuntos que figurou nessa pauta de comunicação política.

Quadro 4. Tipologias gerais e específicas da comunicação com a câmara de Salvador (1642-1682)

Tipologia Geral	Total	Tipologia específica	Total
Governança	127	Instruções específicas	71
		Provimento de serventia	38
		Envio de notícias	11
		Funcionamento da câmara	7
Fazenda	135	Fiscalidade	61
		Comércio	17
		Produção e exploração	15
		Soldos	13
		Dote e Paz	11
		Produção de farinha	10
		Moedas	8
Milícia	62	Sustento das tropas	48
		Instruções de defesa	9
		Envio de tropas	5
Justiça	4	Jurisdições	3
		Instruções específicas	1
Outros	11	Obras	8
		Assuntos religiosos	3

Fonte: Base de dados – correspondências

O volume de cartas apresentado na tipologia *Governança* reflete em grande parte o cotidiano da relação entre o governo-geral e a câmara de Salvador. Os assuntos tratados na tipologia *Instruções específicas* são de uma gama muito variada, e comportam as mais diversas situações que poderiam ocorrer no cotidiano da governança.⁷¹ O conjunto de cartas sobre *Provimientos de serventia* apresenta discussões sobre a necessidade de prover determinados

⁷¹ Este é o caso de uma consulta que o governador Francisco Barreto fez a câmara sobre uma petição apresentada pelos homens de negócio da Bahia. (16/10/1657. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 265-265v) ou da carta de Francisco Barreto sobre os preparativos para as festas em razão do casamento da Infanta D. Catarina com o rei da Inglaterra (21/01/1662. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 151-152.)

ofícios, as motivações para o mesmo⁷² e em vários casos apresenta a decisão dos governadores-gerais sobre os indivíduos indicados pela câmara.⁷³ Nas cartas sobre o *Envio de notícias* são apresentadas informações para a câmara referente a eventos ocorridos em Portugal ou em outras capitâneas, bem como sobre a notificação de situações relevantes para o concelho.⁷⁴ As cartas sobre *Funcionamento da Câmara* em geral se referem a interferências feitas pelo governo-geral em momentos específicos para que o concelho voltasse a operar como o esperado.⁷⁵ Essa tipologia expressa, portanto, duas facetas importantes dessa relação: a organização política e a troca de informações.

A tipologia *Fazenda* figura como a de maior volume na comunicação entre os governadores-gerais e a edilidade de Salvador. A maior diversidade de tipologias específicas expressa a extensão e a especialização dos assuntos tratados entre esses dois pólos de poder, assim como a posição fundamental da câmara soteropolitana nos assuntos econômicos do Estado do Brasil. A maior frequência das discussões acerca da *Fiscalidade* (61 cartas) se deve não só ao papel fundamental da câmara na questão dos tributos regulares, mas também ao peso das variações conjunturais do período.⁷⁶ Optamos por incluir as discussões sobre o *Dote de casamento da infanta Catarina e Paz de Holanda* (11 cartas) em uma tipologia separada, em

⁷² Esse é o caso de uma carta do governador-geral Conde de Atouguia sobre a petição do escrivão da câmara, Sargento-mor Rui de Carvalho Pinheiro, para que o Capitão Manoel Ribeiro de Carvalho, escrivão dos órfãos, atuasse como escrivão da câmara durante a sua ausência (26/01/1656): AHMS, PGS, Vol. 3, f. 181-182

⁷³ É importante destacar que a discussão sobre os *provements de serventia* é diferente do provimento em si. Em trabalho anterior coletamos e analisamos os provimentos em uma base de dados específica para esse tipo de ato governativo. Assim, cruzando as informações nominais entre essas duas bases de dados foi possível relacionar 20 provimentos militares de oficiais da ordenança com as discussões tratadas nas 38 cartas sobre essa tipologia. Vale destacar que também havia discussões com a câmara sobre o provimento de outros ofícios como de tesoureiro das imposições e donativos (09/11/1651. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 25v-26) e de partidor e avaliador do conselho (11/09/1663. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 158-159).

⁷⁴ Como as cartas com notícias do Espírito Santo (11/08/1668 DHBN, Vol. LXXXVI, p. 162-163) e de Ilhéus (01/04/1669. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 166) e a carta com as novas do nascimento da Infanta Isabel Luísa (25/04/1669. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 167). Outras cartas apresentam notícias de interesse particular da câmara, como o relato do sucesso das expedições de Francisco Dias d'Ávila contra as povoações indígenas no Rio São Francisco (19/10/1675. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 207).

⁷⁵ Deve-se notar que isso aconteceu em alguns anos em particular, com 3 cartas em 1652 e 3 em 1654 e uma em 1673. Algumas dessas interferências se devem aos oficiais que faltavam as sessões (01/03/1652. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 76v-77v; 26/03/1654. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 159v-160). Outras tratam de permissões para que os oficiais exerçam funções que não estavam previstas (08/11/1652. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 79-79v) ou para que seus procuradores pudessem dar expediente por estarem enfermos (30/05/1654. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 153-153v). Como Boxer observou, os membros da câmara de modo geral residiam nas freguesias do recôncavo e em várias ocasiões deixaram de comparecer as sessões da vereança para cuidar de seus negócios. Cf. BOXER, C. R. *Op. cit.*, 1965, p. 99. Em 1673 a interferência foi significativa, o governador Visconde de Barbacena passou uma portaria impedindo que oficiais maiores da ordenança exercessem postos na vereação pelos "grandes os inconvenientes que resultam ao serviço de Sua Alteza de saírem por oficiais da Câmara desta cidade sujeitos ocupados em postos maiores de guerra, ou milícia, pois sendo as obrigações militares tão diversas daquele exercício não podem ao mesmo tempo acudir a todas e particularmente neste povo da Bahia que é tão grande, e em que há tantas pessoas beneméritas e livres daquela incompatibilidade" (16/01/1673. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 201-202.)

⁷⁶ A câmara de Salvador contribuiu com donativos e arrecadou diversos impostos que custearam as tropas (alimentação, fardamento, alojamento e armamento) que guarneciam a cidade. Cf. LENK, W. *Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654)*. Tese (Doutorado em Economia). Unicamp, Campinas, 2009, p. 185-268. ; KRAUSE, T. *Formação de uma Nobreza Ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista*. Tese (Doutorado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2015, p. 182-285.

razão das especificidades que marcam as negociações e os pagamentos desses donativos provisórios.⁷⁷ Na tipologia *Comércio* (17 cartas), agregamos os assuntos que tratavam de negociações e acordos relativos ao comércio: preços de gêneros, proibições de venda, estancos da Companhia Geral de Comércio, e outros tipos de licenças e proibições de atividades mercantis. Em *Produção e Exploração* (15 cartas) classificamos todas as correspondências que abordaram restrições e incentivos para produção de gêneros como açúcar, gengibre, vinho de mel, aguardente e tabaco, e ainda, sobre a criação e envio de gado para o recôncavo.⁷⁸ Agregamos em outra tipologia específica os assuntos referentes à *Produção de Farinha* uma vez que essa discussão ocupou um espaço importante na pauta de comunicação (10 cartas), reunindo instruções e cobranças relativas ao cultivo, produção e envio de farinha para abastecimento de Salvador e para o apresto das frotas que realizavam escalas obrigatórias no porto. Na tipologia *Soldos* (13 cartas), organizamos as discussões em torno de soldos, ordenados e pagamentos de oficiais. São cartas que tratam de valores praticados, advertências sobre pagamentos indevidos e pedidos de adiantamento do soldo das tropas despachadas para a Colônia do Sacramento. Por fim, em *Moedas* (8 cartas) estão agregadas as discussões sobre temas relativos à circulação e produção monetária como valores, proibições e instruções sobre a cunhagem.

As tipologias específicas de *Milícia* se concentram em três atividades principais. Os assuntos referentes ao *Sustento das tropas* (48 cartas) figuram como os mais frequentes. Apresentavam negociações para viabilizar o sustento dos terços do presídio de Salvador, como das expedições punitivas contra indígenas e mocambos. Em geral essa correspondência foi marcada por pedidos e negociações sobre os encargos do sustento da infantaria, com pedidos de envio de farinhas e mantimentos com a finalidade específica de manter as tropas mobilizadas. Na sequência figuram os assuntos referentes às *Instruções de defesa* (8 cartas) que durante o período de guerra apresentavam ordens sobre os reforços defensivos e instruções para prevenir e inibir as atividades neerlandesas. No período posterior à capitulação holandesa essas

⁷⁷ Estamos nos baseando na distinção existente entre os tributos regulares (inseridos na tipologia *Fiscalidade*) e que visavam sanar as “demandas constantes, ligadas à defesa, obras e manutenção da burocracia que aos poucos foi se formando”, enquanto esses donativos, como o *Dote e Paz* “tinham um caráter provisórios e um objeto bem-definido”. ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de; COSTA, A. “Fiscalidade e comunicação política no império”. In: FRAGOSO, J. ; MONTEIRO, N.(Orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 211.

⁷⁸ Na comunicação com outras capitanias essa tipologia também engloba discussões sobre permissões e proibições de atividades de extrativismo vegetal (Pau-brasil e outras madeiras) e mineral (ouro, prata e salitre).

cartas tratavam das medidas para reforço de guarnições e fortalezas, assim como instruções sobre envio de materiais bélicos para reforçar pontos estratégicos, e ainda instruções de defesa contra piratas e corsários na costa da Bahia. Por fim, a tipologia específica *Envio de Tropas* (5 cartas) está relacionada ao envio de companhias para ações ofensivas da dita “guerra dos bárbaros” e para o reforço defensivo de Angola.

Essas tipologias em particular (*Fazenda e Milícia*) nos permitem perceber como os arranjos de poder estabelecidos entre o governo-geral e a câmara de Salvador possibilitavam o exercício de influência em escala atlântica. É possível ver que os interesses do concelho soteropolitano sobre outras capitanias foram assegurados, como no caso de Ilhéus, no qual o senado conseguiu interferir com as proibições de venda de farinha⁷⁹, cultivo de tabaco⁸⁰ e produção de aguardente.⁸¹ A articulação também permitiu influências em regiões mais afastadas como na recém fundada Colônia do Sacramento⁸² e na outra margem do Atlântico, em Angola.⁸³

A tipologia *Outros* figura com pouca frequência no conjunto das correspondências analisadas, pois os assuntos englobados nesta categoria eram eventuais e, com algumas exceções, não eram diretamente da alçada do governo-geral. Uma exceção é justamente a tipologia específica *Obras* (8 cartas) que apresenta as correspondências que discutiam a realização de reparos e construções nos quartéis e fortificações de Salvador, na ponte de São Bento e nas obras da nova casa de câmara e cadeia.⁸⁴ No caso da tipologia *Assuntos religiosos* (3 cartas) encontramos discussões sobre o clero e pedidos de favorecimentos aos religiosos, de modo que nesse caso específico as três cartas se concentraram nas discussões sobre o convento de Santa Clara, com correspondências sobre a construção do convento e acerca as rendas que sustentariam as religiosas.⁸⁵

⁷⁹ 27/06/1651. DHBN, Vol. III, p. 115.

⁸⁰ 15/02/1656. DHBN, Vol. III, p. 312-313.

⁸¹ 16/05/1661. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 147-148.

⁸² 10/10/1680. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 229.

⁸³ 20/02/1671. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 186-187.

⁸⁴ 06/02/1651. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 29-30; 20/04/1651. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 33v-35; 26/01/1652. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 53v-55; 12/05/1652. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 60v-61v; 07/11/1652. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 78-79; 14/11/1654. DHBN, Vol. III, p. 235; 16/07/1655. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 171v-172v; 18/06/1662. DHBN, Vol. VII, p. 88-89.

⁸⁵ 12/11/1678. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 223-224; 20/08/1682. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 231-232; 21/09/1682. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 232-233.

As tipologias específicas de *Justiça* também figuram em um patamar inferior na pauta de comunicação entre o governo-geral e a câmara soteropolitana. Se desagregarmos essa tipologia geral em assuntos específicos perceberemos um predomínio de discussões referentes às *Jurisdições* (3 cartas), nas quais encontramos ordens sobre outros oficiais interferindo na jurisdição da câmara e ainda situações em que o concelho exorbitava a sua jurisdição.⁸⁶ Temos também uma carta com *Instruções específicas*, tipologia que geralmente agregava correspondências diversas sobre situações relacionadas a esfera da justiça, e no caso em questão se trata da definição das punições e medidas contra o descaminho e comércio irregular de vinho.⁸⁷ Esse tipo de assunto não figurou com frequência na comunicação política (como indicamos no Quadro 3) e isso parece estar associado ao fato de que as ordens e os conflitos de jurisdição eram mais comuns com outras esferas institucionais, como por exemplo com outros oficiais régios como ouvidores e provedores da fazenda real.

Em suma, o exame das tipologias específicas da comunicação política nos permite uma aproximação maior das dinâmicas relacionais entre o governo-geral e a câmara de Salvador. Fica evidente o peso que as questões econômicas e políticas possuíam na conformação dos acordos que eram estabelecidos no cotidiano da governação. Podemos perceber esse imbricado jogo de interesses nas diversas ocasiões em que o concelho municipal emitiu declarações de apreço sobre os governadores-gerais, tanto no início quanto no fim do período de governo.⁸⁸ Se observarmos as representações que a câmara de Salvador fez à Coroa acerca do governo do Conde de Atouguia, perceberemos como a viabilização dos interesses das elites soteropolitanas lhe rendeu uma relação harmoniosa com o concelho e manifestações de apreço e prorrogação do seu tempo no cargo.⁸⁹ Os oficiais explicitaram o motivo do apreço: “se em seu tempo houve

⁸⁶ Ordem do Conde de Castelo Melhor sobre o conflito com o ouvidor-geral. 28/09/1650. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 4-5; Resposta do Conde de Castelo Melhor a reclamação da Câmara sobre a interferência do Ouvidor-geral nas eleições. 11/01/1652. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 52v-53v; Carta de Alexandre de Souza Freire sobre a câmara não ter jurisdição sobre os Coronéis e Capitães da Ordenança. 30/01/1671. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 185.

⁸⁷ 22/07/1655. AHMS, PGS, Vol. 3, f. 172v-175.

⁸⁸ Encontramos as seguintes manifestações de agradecimento e recomendação da câmara: para Antonio Teles da Silva quando este retornou ao reino (04/06/1650. DH-AMS, Cartas do Senado, Vol. I, p. 27); para Francisco Barreto dois meses após o início de seu governo (04/08/1657. AHU_ACL_CU_005-02, Cx. 14, D. 1690); para Conde de Óbidos dois meses após sua posse (23/08/1663. AHU_ACL_CU_005-02, Cx. 17, D. 1947), para o Visconde de Barbacena passados três meses da posse no governo (14/08/1671. DH-AMS, Cartas do Senado, Vol. I, p. 91) e Roque da Costa Barreto três meses após o início de seu governo (22/06/1678. AHU_ACL_CU_005-02, Cx. 24, D. 2836.).

⁸⁹ Com pouco mais de um mês do início de governo do Conde de Atouguia a câmara de Salvador escreveu ao rei agradecendo o envio de um “governador tão autorizado, cristão e zeloso do serviço de Vossa Majestade” (14/02/1654. DH-AMS, Cartas do Senado, Vol. I, p. 47). Em 1656 os oficiais voltaram a escrever para a coroa, desta vez pedindo a prorrogação do governo de Atouguia por mais três anos ressaltando que este “é o governador de que necessitamos enquanto padecemos trabalhos porque só ele os conhece” (16/02/1656. AHU_ACL_CU_005-02, Cx. 14, D. 1654). Por fim, a manifestação mais evidente do apreço da edilidade soteropolitana ocorreu em 1657 quando declararam que “foi seu governo o mais feliz que este Estado gozou porque sua limpeza foi singular, a disposição grande, a cortesia e amor com que nos tratou de

algum pequeno lançamento, que a falta dos gêneros da Companhia [Geral de Comércio] causou e a pouca fazenda que Vossa Majestade tem nesta praça foi com tal modo, que se não sentiu”.

⁹⁰ Os oficiais ressaltavam que a permanência do governador era desejada: “faça mercê ajudar-nos a conservar dilatando-o no governo, outros três anos, para que assim possamos respirar dos males passados” ⁹¹, em uma referência às pesadas contribuições no tempo de guerra. ⁹² O conde de Atouguia obteve uma demonstração de satisfação acerca do seu governo, que pôde ser utilizada no reino para obter ascensão hierárquica e acrescentamento social. ⁹³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos circuitos internos da comunicação política o governo-geral articulava e conectava uma importante rede de informações com as câmaras municipais, viabilizando a inserção dessas instituições do poder local em uma dinâmica política que transcendia os limites geográficos de suas vilas. As interações promovidas pela troca de correspondências eram o canal preferencial da governação que permitia o estabelecimento de acordos e a disseminação de ordens.

A análise dos assuntos tratados na comunicação política revela as particularidades das relações estabelecidas entre os pólos de poder, bem como permitem apreender a hierarquia existente no Estado do Brasil entre os territórios das capitanias e seus concelhos municipais. A multiplicidade de assuntos e a frequência acentuada de determinadas temáticas reforçam a percepção da especialização das câmaras municipais na decisão de questões importantes para a

pai por cuja causa nos fica se não a pessoa, a cópia nesta câmara para memória dos vindouros e exemplo dos mais” (04/08/1657. AHU_ACL_CU_005-02, Cx. 14, D. 1687.)

⁹⁰ “Lançamento” nesse contexto se refere a cobranças como fintas e imposições. 16/02/1656. AHU_ACL_CU_005-02, Cx. 14, D. 1654.

⁹¹ 16/02/1656. AHU_ACL_CU_005-02, Cx. 14, D. 1654.

⁹² É interessante notar que Alexandre de Souza Freire pediu para a câmara de Salvador algumas certidões referentes ao seu período de governo com declarações do que realizou. Solicitou especificamente para constar que “em meu tempo se não pediu aos homens de negócio dinheiro algum nem lançou finta para se socorrer a Infantaria” 30/01/1671. DHBN, Vol. LXXXVI, p. 185.

⁹³ O conde de Atouguia exerceu o posto de Mestre de Campo General da Província do Alentejo entre (1659 e 1662) um dos principais teatros de guerra durante o conflito com a Espanha. Na sequência exerceu também o prestigioso ofício de governador da armada real (1662). Cf. ARAÚJO, H. A. F. F. “Casa, serviço e memória: origens sociais, carreira e estratégias de acrescentamento social dos governadores-gerais do Estado do Brasil (século XVII)”. *Revista Maracanan*, n. 25, 2020. p. 28-30. O conde da Ericeira destacou que a nomeação de Atouguia para o governo das armas no Alentejo foi feita em consideração sua experiência nos “governos da Província de Trás dos Montes, e Estado do Brasil, saindo de ambas as ocupaçoens com tanta opinião que na primeira igualou aos que melhor procederão, e na segunda triunfando do interesse, mereceo collocarem os moradores da Bahia o seu retrato na casa do Senado com elegantes inscriçoens, que explicão as suas virtudes”. MENEZES, D. Luiz de. (Conde de Ericeira) *História de Portugal Restaurado*. Parte segunda. Tomo. III. Lisboa, Officina de Joseph Philippe, 1759, p. 238-239.

governança, como a circulação de informações, as negociações em torno da fiscalidade e a organização da defesa.

O exame particular das relações entre os governadores-gerais e a câmara de Salvador nos revela uma dinâmica de comunicação multifacetada, capaz de produzir efeitos práticos como a organização política e a troca de informações. Entretanto, também é possível perceber como a troca de correspondências se tornou um terreno de defesa de interesses, no qual a câmara buscou exercer influência sobre outras capitanias e localidades de acordo com as expectativas políticas e econômicas de seus membros. De modo complementar, o governo-geral contou com os recursos (políticos, materiais e humanos) que o senado da câmara de Salvador disponibilizou para iniciativas que projetavam a esfera de poder e influência dos governadores em territórios distantes e algumas vezes até mesmo fora de sua jurisdição.⁹⁴

Nesse sentido, buscamos chamar a atenção para as possibilidades de análise dos circuitos internos de comunicação política, ressaltando que ainda há muito a ser explorado. As relações analisadas aqui fornecem elementos para aprofundar a compreensão da comunicação política atlântica, e especificamente revelam nuances que ajudam a explicar as constantes mediações e representações que governadores-gerais e oficiais da câmara faziam aos conselhos centrais da monarquia⁹⁵. A compreensão dos segmentos internos dos circuitos de comunicação é fundamental para entender os vínculos que conformavam e assentavam as bases do poder na América portuguesa, assim como fornece um pano de fundo com contornos mais definidos para a compreensão das relações de poder transoceânicas em uma *monarquia pluricontinental*.

⁹⁴ Além dos casos já citados dos reforços para Angola e para a Colônia do Sacramento, é possível ver as ações do governo-geral e da câmara de Salvador convergindo no esforço de socorro a Fortaleza de Mombaça, na costa de Moçambique, estendendo, portanto a influência até o oceano Índico. Cf. SANTOS, M. N. dos. "Do Oriente ao Atlântico: a Monarquia pluricontinental portuguesa e o resgate de Mombaça, 1696-1698". In: GUEDES, R. (Org). *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séculos XVII-XIX*, 1a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2011, p. 113-126.

⁹⁵ Nesse sentido, concordamos com o que Thiago Krause propõe sobre o predomínio da cooperação entre os governadores-gerais e a câmara de Salvador. Acrescentamos que essa conclusão ganha mais profundidade ao se observar a comunicação política no interior do Brasil, pois é através desta que é possível mapear as discussões e os acordos que alicerçam as representações feitas à Coroa. Cf. KRAUSE, T. *Op. cit.* 2019. p. 96-98.

REFERÊNCIAS

Fontes

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR (AHMS), *Provisões de Governo e Senado* (PGS), Vol. 1 (1642-1648); Vol. 2. (1648-1657); Vol. 3, (1649-1656)

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), *Luiza da Fonseca* (005-02), Cx. 14, D. 1654, D. 1687, D. 1690; Cx. 15, D. 1736; Cx. 17, D. 1947; Cx. 24, D. 2836; *Avulsos da Paraíba* (014), Cx. 1, D. 77.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, *Seção de Manuscritos* (BN-SM). Códice 08,01,003.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SALVADOR (DH-AMS), Atas da Câmara (1649-1659), Vol. III. Prefeitura do Município de Salvador, 1949.

____. Cartas do Senado (1638-1673), vol. 1. Prefeitura do Município de Salvador, 1951.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL (DHBN). Vols. III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, LXXXVI.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE (IHGRN): *1º Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (1659-1668)*, *2º Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (1673-1690)*.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS - TORRE DO TOMBO (IAN/TT), *Chancelarias Régias: D. Afonso VI*. Livro 27, fl. 399-399v.

MENEZES, D. Luiz de. (Conde de Ericeira) *História de Portugal Restaurado*. Parte segunda. Tomo. III. Lisboa, Officina de Joseph Philippe, 1759.

Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo (RGCSP): Vol. II (1637-1660) e Vol. III (1661-1709). São Paulo: Typographia Piratininga, 1917;

Obras Gerais

ALMEIDA, C. M. C. de (Org). *Diálogos com o império: câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (séculos XVII e XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de; COSTA, A. "Fiscalidade e comunicação política no império". In: FRAGOSO, J.; MONTEIRO, N. (Orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

ARAÚJO, H. A. F. F. "Casa, serviço e memória: origens sociais, carreira e estratégias de acrescentamento social dos governadores-gerais do Estado do Brasil (século XVII)". *Revista Maracanan*, n. 25, p. 12–49, 2020.

ARAÚJO, H. A. F. F. *A construção da governabilidade no Estado do Brasil: perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do governo-geral (1642-1682)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ARAÚJO, H. A. F. F. "As dinâmicas de comunicação política e de provimento de ofícios na formação de redes governativas no Estado do Brasil (1663-1667)". In: SANTOS, F. V.; RIBEIRO, M. da S. (Orgs). *Impérios Ibéricos no Antigo Regime: governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVI-XVIII)*. Belo Horizonte, 2019, p. 235–258.

ARAÚJO, H. A. F. F. *Governança em tempo de guerra: Governo geral do Estado do Brasil e a gestão da defesa (1642-1654)*. Dissertação (Mestrado em História). UFJF, 2014.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *Catálogo da exposição de história do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

BICALHO, M. F. "As câmaras ultramarinas e o governo do Império". In: FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F. (Orgs). *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOTH, A. C. *Administração provincial e governabilidade no império brasileiro: um estudo a partir do perfil de recrutamento e da comunicação política dos presidentes de província do Rio Grande do Sul (1845-1889)*. PUCRS, Porto Alegre, 2020.

BOXER, C. R. Conselheiros Municipais e irmãos de Caridade. In: *O Império colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.

BOXER, C. R. *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800*. Madison and Milwaukee: The University of Wisconsin Press, 1965.

BUENO, B. P. S. "Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)". *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 17, n. 2, p. 251–294, 2009.

CARDIM, P.; MIRANDA, S. M. A expansão da coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. (Orgs). *O Brasil colonial*. v. 2 (1580-1720), 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

COMISSOLI, A.; VIANNA, C. P. M. "Governadores e generais: comunicação, inteligência e defesa no Rio Grande de São Pedro Português". *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*, v. 13, n. 26, p. 11–24, 2017.

CORRÊA, H. M. M. "*Para aumento da conquista e bom governo dos moradores*": O papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). Doutorado em História, UFF, Niterói, 2011.

COSENTINO, F. C. C. "Monarquia pluricontinental, o governo sinodal e os governadores gerais do Estado do Brasil". In: GUEDES, R. (Org). *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séculos XVII-XIX*. 1a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2011.

COSENTINO, F. C. C. "Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681". *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 16, n. 31, p. 515–543, 2015.

CURVELO, A. *Governar Pernambuco e as "capitanias anexas"*: o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c. 1654-c. 1756). Programa Interuniversitário de Doutorado em História, Universidade de Lisboa, 2019.

DE VIVO, F. *Information and communication in Venice: rethinking early modern politics*. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2007.

DIAS, M. H. "A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração". In: DIAS, M. H.; CARRARA, Â. A. (Orgs). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus, Bahia: Editus, 2007.

FRAGOSO, J. "Poderes e mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa". In: FRAGOSO, J.; MONTEIRO, N. (Orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M.F. "Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII". *Tempo*, v. 14, n. 27, p. 36–50, 2009.

FRAGOSO, J.; MONTEIRO, N. (Orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GREENE, J.; MORGAN, P. D. (Orgs). *Atlantic history: a critical appraisal*. Oxford: New York ; Oxford University Press, 2009.

HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político*. Portugal, séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

KRAUSE, T. "Do coração do Estado do Brasil à cabeça do império: Bahia e Lisboa, 1630-1730". In: ALMEIDA, C. M. C. de (Org). *Diálogos com o império: câmaras ultramarinas e*

comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (séculos XVII e XVIII). Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

KRAUSE, T. *Formação de uma Nobreza Ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista*. Doutorado em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

LENK, W. *Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624-1654)*. Doutorado em Economia, Unicamp, Campinas, 2009.

MARQUES, G. "Por ser cabeça do Estado do Brasil". As representações da cidade da Bahia no século XVII. In: SOUZA, E. S.; MARQUES, G.; SILVA, H. R. da (Orgs). *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador/Lisboa: EDUFBA/CHAM, 2016, p. 17–46.

MELLO, E. C. de. *Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.

MORAIS, A. L. da S. "Conflitos pela posse de localidades pesqueiras da capitania do Rio Grande: Séculos XVII-XVIII". *Em perspectiva: Revista discente do PPGH/UFC*, v. 2, n. 1, p.57-72, 2016.

MOURA, D. A. S. de. "Redes associativas e de comunicação entre as câmaras de uma capitania, São Paulo (século XVIII)". *História Revista*, v. 21, n. 1, p. 48, 2016.

PUNTONI, P. "O conchavo da farinha: espacialização do sistema econômico e o governo geral na Bahia no século XVII". In: *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial 1548-1700*. São Paulo, SP: Alameda, 2013.

RAMINELLI, R. "Monarquia e câmaras coloniais: Sobre a comunicação política, 1640-1807". *Prohistoria*, v. 21, n. Junho, p. 3–26, 2014.

RAMINELLI, R. "Poder político das câmaras". In: FRAGOSO, J.; MONTEIRO, N. (Orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SALDANHA, A. de S. V. S. de. *As capitanias do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico*. 2. ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

SALVADOR, Fr. V. *História do Brasil (1500-1627)*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918.

SAMPAIO, A. C. J. de. Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. (Orgs). *O Brasil colonial*. v. 2 (1580-1720). 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SAMPAIO, A. C. J. de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, E. F. dos. *História da Câmara Municipal de Vitória: os atos e as atas*. Vitória: Câmara Municipal de Vitória, 2014.

SANTOS, M. N. dos. "Do Oriente ao Atlântico: a Monarquia pluricontinental portuguesa e o resgate de Mombaça, 1696-1698". In: GUEDES, R. (Org). *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séculos XVII-XIX*. 1a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2011.

SILVA, M. B. N. da. "São Vicente, capitania donatarial (1532-1709)". In: SILVA, M. B. N. da; BACELLAR, C.; GOLDSCHMIDT, E. (Orgs). *História de São Paulo colonial*. 1a. ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009.

SIQUEIRA, L. *Homens de mando e de guerra: capitães-mores em Sergipe del Rey (1648-1743)*. Tese de Doutorado, UFBA, Salvador, 2016.

VELEZ, L. de C. B. *Donatários e administração colonial: A capitania de Itamaracá e a casa de cascais. (1692-1763)*. Doutorado em História, UFF, Niterói, 2016.

Recebido em: 14/07/2021 – Aprovado em: 29/09/2021